autuado por cintiacarrer em 18/03/2026 15:29:21.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 161/2026

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Constituição Federal;

- Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e estabelece diretrizes para ações integradas de promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa.

- Lei Federal nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que prioriza o atendimento às pessoas idosas (≥ 60 anos) em órgãos públicos, empresas concessionárias de serviços públicos, instituições financeiras e transporte coletivo, entre outros (atendimento prioritário).

-Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto da Pessoa Idosa, que dispõe sobre os direitos das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos; assegura proteção à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à educação, à cultura, ao trabalho, ao esporte, ao lazer e à participação social, e dá outras providências.

- Medida Provisória nº 2.167-41, de 24 de agosto de 2001, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional, modifica as Leis nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, 5.889, de 8 de junho de 1973, 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494, de 7 de dezembro de 1977, 7.998, de 11 de janeiro de 1998, e dá outras providências;

- Lei Estadual nº 12.548, de 27 de fevereiro de 2007, que consolida a legislação estadual relativa ao idoso no Estado de São Paulo, reunindo normas e princípios que asseguram proteção, dignidade, saúde, participação social e integração comunitária das pessoas idosas.

Matéria DSP 3358/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 18/03/2026 e juntado ao PL 161/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=716759.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- Lei Federal nº 13.667, de 17 de maio de 2018, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego (Sine), criado pelo Decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975

- Decreto Estadual nº 58.047, de 15 de maio de 2012, que institui o programa São Paulo Amigo do Idoso, com ações de apoio a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade.

- Lei Estadual nº 16.079, de 22 de dezembro de 2015, cria o Programa de qualificação profissional e de transferência de renda “Via Rápida”, nas modalidades “Via Rápida Emprego”, “Via Rápida 18”, “Via Rápida Expresso” e “Via Rápida Econômico”, e dá outras providências, regulamentada pelo Decreto nº 62.033/2016;

- Lei Municipal nº 11.242, de 24 de setembro de 1992, que cria o Grande Conselho Municipal do Idoso, órgão de participação social dedicado à formulação, avaliação e fiscalização de políticas públicas para pessoas idosas no município.

- Lei Municipal nº 11.607, 13 de julho de 1994, que dispõe sobre a criação de Oficinas Abertas de Trabalho para ensino e profissionalização de deficientes físicos;

- Decreto Municipal nº 35.177, de 07 de junho de 1995, que oficializa o Programa de Atendimento a Terceira Idade – PATI, aprova a Política Municipal de Atendimento a Terceira Idade, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 13.178, de 17 de setembro de 2001, que institui o Programa Ação Coletiva de Trabalho do Município de São Paulo, e dá outras providências, com alteração;

− Lei Municipal nº 13.324, de 08 de fevereiro de 2002, que institui o Sistema Público de Emprego no Município de São Paulo, e dá outras providencias;

- Lei Municipal nº 13.834, de 27 de maio de 2004 – Política Municipal do Idoso, que institui a Política Municipal do Idoso, com objetivos de promover autonomia, integração e participação efetiva das pessoas idosas na sociedade.

− Lei Municipal nº 13.799, de 19 de março de 2004, que dispõe sobre normas do Programa Começar de Novo - PCN e revoga a Lei nº 13.162, de 5 de julho de 2001;

Matéria DSP 3358/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 18/03/2026 e juntado ao PL 161/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=716759.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

− Lei Municipal nº 13.808, de 12 de maio de 2004, que institui o Programa "Capacitação Ocupacional e Utilidade Coletiva" - PCOUC, no Município de São Paulo, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 13.841, de 7 de junho de 2004, que dispõe sobre normas do Programa Bolsa-Trabalho – PBT e revoga a Lei nº 13.163, de 5 de julho de 2001. Regulamentada pelo Decreto nº 45.400/2014;

- Lei Municipal nº 13.997, de 10/06/2005, que dispõe sobre o combate ao vício do jogo na Cidade de São Paulo, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 14.254, de 28 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a ampliação das bolsas-treinamento e a revalorização das bolsas-auxílio previstas na Lei nº 13.392, de 17 de julho de 2002;

− Lei Municipal nº 14.460, de 04 de julho de 2007, que dispõe sobre o fornecimento de cartão de identificação denominado "Cartão Trabalho", para o trabalhador desempregado, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 14.654, de 20 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o Programa de Incentivos Seletivos para regiões da Zona Leste do Município de São Paulo.

- Lei Municipal nº 14.727, de 15 de maio de 2008, que institui no âmbito do Município de São Paulo o 'Programa Movimentando a Terceira Idade', e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 14.905, de 6 de fevereiro de 2009 – Programa de Envelhecimento Ativo, que cria o Programa Municipal de Envelhecimento Ativo, de caráter permanente, para promoção da saúde, participação cultural e social da pessoa idosa em São Paulo.

- Lei Municipal nº 15.427, de 26 de agosto de 2011, que dispõe sobre Cursos de Capacitação Profissional para munícipes, aos sábados e domingos;

- Lei Municipal nº 15.679, de 21 de dezembro de 2012 – Fundo Municipal do Idoso, que cria o Fundo Municipal do Idoso (FMID), destinado a captar recursos e financiar políticas públicas voltadas à valorização, proteção e assistência à pessoa idosa no município.

-Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014, que aprova a política de desenvolvimento urbano e o plano diretor estratégico;

Matéria DSP 3358/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 18/03/2026 e juntado ao PL 161/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=716759.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 16.523, de 22 de julho de 2016, que institui o título Empresa Amiga do Idoso, no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 16.402, de 22 de março de 2016, que disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo, de acordo com a Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, - Plano Diretor Estratégico (PDE);

- Lei Municipal nº 16.642, de 09 de maio de 2017, que aprova o Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo; introduz alterações nas Leis nº 15.150, de 6 de maio de 2010, e nº 15.764, de 27 de maio de 2013;

- Lei Municipal nº 16.831, de 06 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre o acesso a informações dos programas sociais, políticas públicas ou equipamentos públicos destinados a idosos mantidos pelo Município de São Paulo, e dá outras providências;

- Decreto Municipal nº 59.120, de 04 de dezembro de 2019, que cria o Programa Municipal de Aprendizagem Pro-Aprendiz.

- Lei Municipal nº 17.255, de 26 de dezembro de 2019, que institui o Programa de Incentivo à Manutenção do Emprego – PIME no município de São Paulo.

- Lei Municipal nº 17.271, de 14 de janeiro de 2020, que dispõe sobre a instituição do Programa Ativa Idade, destinado a promover a reinserção de idosos no mercado de trabalho.

- Lei Municipal nº 17.452, de 9 de setembro de 2020 – Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, que dispõe sobre a organização e competências do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, instância deliberativa que promove e fiscaliza políticas públicas em prol dos direitos e participação do idoso.

-Lei Municipal nº 17.451, de 9 de setembro de 2020 – Jogos Municipais dos Idosos (JOMI), que institui os Jogos Municipais dos Idosos, promovendo práticas esportivas, socialização e integração dos idosos na vida comunitária local.

- Lei Municipal nº 17.911, de 17 de janeiro de 2023, que determina a inclusão em página oficial da Administração Municipal de aba específica, de fácil

Matéria DSP 3358/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 18/03/2026 e juntado ao PL 161/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=716759.

autuado por cintiacarrer em 18/03/2026 15:29:21.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

localização pela página inicial, que reúna todos os serviços municipais à disposição dos idosos bem como destaque todos os benefícios que lhes são concedidos por lei.

- Lei Nº 17.898, de 11 de janeiro de 2023, que dispõe sobre o Serviço de Recebimento de Denúncias de Violações de Direitos dos Idosos em âmbito municipal, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 18.193, de 11/12/2024, que autoriza a instituição do Programa Educação Aberta para a Terceira Idade.

- Lei Municipal nº 18.381, de 07/01/2026, que autoriza a implantar o Programa Municipal de Alfabetização de Comunicação Digital da Pessoa Idosa do Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 1549/2025 Institui o Programa de Busca Ativa da Educação de Jovens e Adultos - EJA, estabelece responsabilidades intersetoriais entre Secretarias Municipais, cria mecanismos oficiais de divulgação e mobilização e dá outras providências.

PL 1400/2025 Autoriza a criação da Secretaria Municipal do Idoso do Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 1361/2025 Institui o Programa Municipal de Inclusão Digital da Pessoa Idosa no Município de São Paulo.

PL 1314/2025 Institui o Programa de Capacitação e Requalificação Profissional para Idosos no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 1302/2025 Reconhece, no âmbito do Município de São Paulo, o Programa “Cuidar para Crescer - Rede de Apoio Emocional à Criança e ao Adolescente”, e dá outras providências.

PL 1276/2025 Dispõe sobre o mapeamento, organização e divulgação dos dados sobre os impactos da crise climática na vida de meninas e mulheres no âmbito do Município de São Paulo.

PL 1259/2025 Dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa no município de São Paulo e dá outras providências.

Matéria DSP 3358/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 18/03/2026 e juntado ao PL 161/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=716759.

autuado por cintiacarrer em 18/03/2026 15:29:21.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

PL 1114/2025 Institui o Programa de Mentoria Sênior de São Paulo – "Conecta 60+", e dá outras providências.

PL 1054/2025 Institui o Banco Municipal de Informações sobre Programas de Voluntariado Orientado, com foco em ações voltadas a pessoas idosas, pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida, no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 721/2025 Dispõe sobre a oferta gratuita de cursos presenciais de capacitação em tecnologia e inclusão digital para idosos no município de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho – SMDET, e dá outras providências

PL 319/2025 Dispõe sobre a criação dos OASES– Centros Integrados de Empregabilidade e Desenvolvimento Pessoal no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 259/2024 Dispõe sobre a criação do Programa Empreendedorismo Prateado, visando a inserção de pessoas idosas no mercado de trabalho, e dá outras providências.

L 256/2024 Dispõe sobre as diretrizes do "Projeto Palmirinha" de oficina de culinária para mulheres idosas em situação de vulnerabilidade, e dá outras providências.

PL 219/2024 Dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa no município de São Paulo e dá outras providências

PL 788/2023 Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa "Segunda Carreira 60+" nos termos em que especifica, e dá outras providências

PL 671/2023 Altera a Lei nº 13.834, de 27 de maio de 2004, para instituir o " Programa Selo de Qualidade 60+" para empresas que contratem pessoas acima de 60 anos no Município de São Paulo.

PL 76/2023 Cria o Programa "De Volta ao Trabalho" no Município de São Paulo.

PL 369/2022 Cria o Programa de Alfabetização Digital da Terceira Idade.

PL 450/2021 Altera a lei nº 16.523, de 22 de julho de 2016, que instituiu o título Empresa Amiga do Idoso, no âmbito do município de São Paulo.

Matéria DSP 3358/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 18/03/2026 e juntado ao PL 161/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=716759.

autuado por cintiacarrer em 18/03/2026 15:29:21.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

PL 107/2021 Dispõe Programa de Incentivo ao Trabalho e Requalificação Profissional – Trabalhando Na Pandemia (Frente de Trabalho) no Município de São Paulo.

PL 654/2020 Dispõe sobre a instituição da Política Municipal de Inclusão da Pessoa com mais de 50 anos, concedendo benefício fiscal a empresas prestadoras de serviços que empreguem, no seu quadro de funcionários, pessoas com mais de 50 anos e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 18 de março de 2026.

Cintia Talarico da Cruz Carrer
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068

Matéria DSP 3358/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 18/03/2026 e juntado ao PL 161/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=716759.